

*Um nazista na Volkswagen do Brasil: Franz Stangl e a cooperação entre militares e industriais durante a ditadura militar brasileira**

FELIPE CITTOLIN ABAL**

Universidade de Passo Fundo

Resumo: A existência de apoio ao golpe civil-militar de 1964 no Brasil por parte das elites econômicas é um fato bem explorado pela historiografia brasileira. O objetivo deste artigo é trazer à luz a existência de um esquema de vigilância dentro da fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo voltada para a colaboração com o regime ditatorial militar e, especialmente, o papel de Franz Stangl, um criminoso nazista, na formatação do sistema de controle dos trabalhadores e sua execução. Stangl não se tratava meramente de um membro do partido nazista, mas sim de um ex-Comandante de dois campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial, sendo responsável, direta ou indiretamente, pelo assassinato de milhares de pessoas. O aproveitamento da experiência anterior do nazista pela Volkswagen foi de utilidade para o esquema de vigilância e colaboração montado dentro da fábrica.

Palavras-chave: Ditadura; Nazistas; Volkswagen.

Abstract: The existence of a support of the civil-military coup of 1964 by the economical elite is a well explored fact by the Brazilian historiography. The aim of this article is to explore the existence of a vigilance strategy inside the Volkswagen's factory in São Bernardo do Campo, Brazil, that had the objective of collaboration with the military dictatorial regime and, specially, the participation of Franz Stangl, a Nazi criminal, on the implementation of the worker's control system and its execution. Stangl wasn't just a member of de Nazi party, but a former Commandant of two extermination camps during World War II, being responsible, directly or indirectly, for the murder of thousands of persons. The use of the former experience of the Nazi by Volkswagen had a great utility for the vigilance and collaboration scheme that took place inside the factory.

Keywords: Dictatorship; Nazis; Volkswagen.

* Recebido em 05/05/2016 e aprovado para publicação em 24/04/2017.

** Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Graduado em Direito pela mesma instituição. Professor no Programa de Pós-Graduação em História e na Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. E-mail: felipeabal@upf.br.

Considerações iniciais

A relação existente entre os militares e elementos da sociedade civil, especialmente os grupos econômicos, para a ocorrência do golpe civil-militar de 1964 já é alvo de estudo por historiadores há um longo período de tempo. De outro lado, a forma como se estruturaram as ligações entre as indústrias e os militares no decorrer do regime militar foi trazida à luz com maior intensidade após a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, momento em que pôde ser observado que o vínculo do patronato com a ditadura ultrapassou os limites de um simples apoio culminando em uma colaboração mais profunda tendo por fins a repressão de elementos tidos como subversivos dentro das fábricas.

Um dos casos trazidos pela CNV foi o referente à fábrica da Volkswagen do Brasil dentro da qual foi montado um aparato com a finalidade de vigiar os trabalhadores e repassar as informações obtidas para os órgãos de repressão ligados ao regime militar.

O fato colocado no relatório final da CNV que chamou a atenção e justifica a realização do presente artigo é referente à participação de um criminoso nazista, Franz Paul Stangl, na elaboração do setor responsável pelo controle dos trabalhadores dentro da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo. Apesar desta circunstância ter sido noticiada pela mídia, é de pouco conhecimento o envolvimento de Stangl com o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial e a relevância desta atuação para sua futura função na Volkswagen no Brasil.

Diante disto, este artigo possui como objetivo principal retratar as ações de Franz Stangl como Comandante de dois campos de extermínio nazistas, expondo a respeito de seus crimes contra a humanidade, para posteriormente relatar a respeito de suas atividades na Volkswagen voltadas ao auxílio ao aparato repressivo militar como reflexo da relação existente entre os industriais e o regime ditatorial instaurado no país após 1964, uma vez que o interesse dos militares em reprimir os trabalhadores conjugava-se com a vontade dos patrões de aumentar sua produtividade sem quaisquer perturbações ao ambiente das fábricas.

O golpe de 1964

Às 5h do dia 31 de março de 1964 o general Mourão Filho desencadeou o golpe militar que marcaria a história do Brasil. Vestindo pijama e um roupão de seda vermelho, fazia ligações telefônicas para importantes figuras políticas, econômicas e militares com fins de obter apoio para a derrubada do governo de João Goulart (GASPARI, 2014, p. 68).

Durante as doze horas que seguiram aos telefonemas de Mourão, Jango permaneceu inerte, envolto na situação inesperada. Às 11h30 da manhã a questão da mobilização militar já era discutida em Washington, quando se reuniram o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor e o diretor da Cia, McCone. Um dos principais itens a serem discutidos era a “capacidade de apoio aéreo e naval americano” aos revoltosos. Faltando dez minutos para as 13h, o contra-almirante John Chew ordenou ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta aviões à frente de uma força-tarefa para as áreas próximas à cidade de Santos (GASPARI, 2014, p. 99).

Iniciava-se, assim, a chamada Operação Brother Sam, oriunda do Plano de Contingência 2-61, que envolvia mais do que o uso da força-tarefa naval. Este plano já estava traçado desde dezembro de 1963, tendo sido iniciado ainda durante a gestão do Presidente John Kennedy, assassinado um mês antes. Segundo Carlos Fico, o texto partia de algumas pressuposições básicas, elencando quatro cenários possíveis e quatro linhas de ação correspondentes. Os pressupostos estabeleciam que:

[...] embora um golpe direitista não devesse ser estimulado (até porque poderia ser usado por Goulart como peça acusatória contra os Estados Unidos), a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. Tais grupos provavelmente teriam escrúpulos de pedir ajuda aos Estados Unidos, a não ser que estivessem convencidos de uma ameaça externa vinda da URSS ou de Cuba ou, pelo menos,

de que houvesse risco de o Brasil tornar-se comunista. Finalmente, o plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar o regime (FICO, 2008, p. 68-69).

Os cenários previstos, por sua vez, eram: 1) uma revolta da esquerda contra o regime e João Goulart; 2) uma resistência de forças democráticas com considerável apoio militar contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário; 3) um golpe militar que implantasse uma liderança nacional mais efetiva; e 4) a tomada de poder gradual por ultranacionalistas de extrema esquerda, com ou sem o apoio de Goulart, seguida de uma neutralização das forças armadas (FICO, 2008, p. 69-70).

O plano, na realidade, não descrevia quais ações seriam tomadas no caso dos primeiro, terceiro e quarto cenários. Havendo um golpe ou conflito entre as forças legalistas e os revoltosos, o plano afirmava a preferência por um governo das “forças democráticas” (os golpistas) para que se pudesse descartar Goulart (FICO, 2008, p. 71).

A Operação sequer teve que ser levada a cabo. Às 11h45 do dia 31 de março Jango voou até a Fazenda Rancho Grande, em São Borja, onde já estavam sua mulher e filhos, de onde logo depois voaram até um rancho às margens do rio Uruguai. Lá João Goulart viveria os últimos momentos como Presidente do Brasil, escrevendo uma nota pedindo asilo ao governo uruguaio enquanto o senador Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, declarava vaga a Presidência e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, empossava Ranieri Mazzili como Presidente da República (GASPARI, 2014, p. 113-115).

Dez dias depois, em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegia o general Humberto de Alencar Castello Branco como presidente da República, o qual prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Na realidade, como expõe Elio Gaspari (2014, p. 125), “em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas”.

Nas semanas seguintes a ditadura militar já demonstraria a sua verdadeira face, prendendo mais de cinco mil pessoas. As embaixadas latino-americanas e da Iugoslávia receberam cerca de quinhentos asilados políticos

e Montevideu e Buenos Aires acabaram como destino de outros milhares de brasileiros que fugiam do regime, entre eles João Goulart e Leonel Brizola. Ainda, apenas nos dois primeiros anos do regime, cerca de dois mil funcionários público foram demitidos ou aposentados compulsoriamente e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou foram despidas de seus direitos políticos por dez anos. Nem mesmo as forças armadas se salvaram do expurgo, sendo que 421 oficiais foram punidos com reserva compulsória. Pelo menos treze pessoas foram mortas nos primeiros nove meses do governo (GASPARI, 2014, p. 130).

O golpe, como é bem retratado (cf. FICO, 2004), não foi um produto somente dos esforços dos militares, uma vez que este também foi reflexo da vontade dos que “que receavam pelos seus capitais e propriedades, e que financiaram a tessitura dos laços conspiratórios” (REIS FILHO, 2010, p. 344). Banqueiros, empresários e industriais, temerosos com a política de Goulart e seu suposto direcionamento para uma república sindicalista, suportaram e apoiaram o golpe militar e continuariam a ter um relacionamento profundo com a ditadura em uma simbiose que permitiria o acesso do Estado ao interior das fábricas.

Franz Paul Stangl

Franz Paul Stangl nasceu em 26 de março de 1908 em Altmünster, um município da Áustria localizado a cerca de 250km de Viena. No início da década de 1930 ele ingressou na polícia austríaca e após a anexação da Áustria pela Alemanha Stangl auxiliou os alemães a contabilizar os judeus residentes na região da Boêmia e na sua emigração forçada, confiscando propriedades e coletando a chamada “taxa de emigração”, um valor cobrado dos judeus para que pudessem escapar do nazismo (SERENY, 1983, p. 35).

Em novembro de 1940 Stangl foi promovido a superintendente de polícia e passou a trabalhar no instituto de Hartheim, parte do chamado programa T4 nazista, o plano de “eutanasia” destinado ao extermínio de pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais através da utilização

de câmaras de gás, sendo responsável, em suas palavras, pela “lei e ordem” no local (SERENY, 1983, p. 48-51).

Estas localidades foram chamadas por Simon Wiesenthal de “escolas de assassinato”, uma vez que diversas pessoas que haviam trabalhado nestes institutos posteriormente foram transferidas para os campos de extermínio, onde poderiam utilizar de sua experiência obtida no assassinato de deficientes no extermínio em massa de judeus e outros “indesejáveis”.

Apesar de afirmar que não gostava de seu trabalho naquele momento, a eficiência de Stangl não passou despercebida e, em outubro de 1941, ele foi transferido para outro instituto de eutanásia em Bernburg, com o objetivo de organizar as condições do local. Novamente seu trabalho se provou extremamente satisfatório e no início de 1942 foi chamado para Lublin onde seria designada a ele uma posição em um novo projeto: na função de *Hauptsturmführer* da SS¹ deveria finalizar a construção de um campo de extermínio na Polônia, localizado no vilarejo de Sobibor, e supervisionar seu funcionamento como Comandante do campo (SERENY, 1983, p. 77-79).

Neste instante cabe diferenciar os objetivos dos campos de extermínio e dos campos de concentração:

[...] os campos de extermínio se caracterizavam por possuírem uma quantidade extremamente pequena de prisioneiros, utilizados para as tarefas estritamente necessárias dentro dos campos, e por terem apenas uma finalidade: o assassinato de judeus. Enquanto nos campos de concentração os prisioneiros mais fortes eram utilizados para trabalhos forçados, sendo enviados às câmaras de gás apenas quando não podiam mais laborar, nos campos de extermínio alguns poucos prisioneiros eram selecionados para trabalhar, enquanto todos os demais eram assassinados.

A própria utilização da palavra “selecionados” merece uma sucinta explicação. Nos campos de concentração, os prisioneiros eram “selecionados” para serem

¹ A *Schutzstaffel* ou “tropa de proteção” era inicialmente uma guarda de proteção pessoal para tropas de batalha, transformando-se posteriormente em uma força militar responsável, inclusive, pelos campos de extermínio e de concentração (WILLIAMSON, 2008).

enviados às câmaras de gás, enquanto nos campos de extermínio, o conceito se inverte, sendo que os “selecionados” eram poupados da morte para serem usados como trabalhadores nos campos. Ao contrário dos campos de concentração, estes “selecionados” não recebiam números ou uniformes (a não ser em caso de exercerem uma função especial), já que todos teriam o mesmo destino: a morte (ABAL, 2014, p. 42).

Quando Stangl chegou a Sobibor a maior parte dos prédios já estavam prontos e um teste já havia sido realizado nas câmaras de gás. Coube a ele apenas finalizar as construções restantes e iniciar as operações no campo. As operações começaram em maio 1942 com a chegada de transportes de judeus ao local. Apenas durante o período em que Stangl atuou como Comandante em Sobibor estima-se que cem mil judeus foram assassinados (SERENY, 1983, p. 113-114).

Os relatos a respeito de Stangl em Sobibor são raros, uma vez que pela sua função de Comandante o nazista não era visto regularmente pelos prisioneiros, além do fato de que muitos poucos judeus conseguiram sobreviver ao campo de extermínio. Um dos poucos que pôde descrever Stangl foi Stanislaw Szmajzner, um judeu preso no campo que trabalhou como ourives em Sobibor, fazendo jóias para os membros da SS com o ouro roubado das pessoas que eram enviadas às câmaras de gás ou oriundo dos dentes de ouro retirados dos corpos. Szmajzner conseguiu sobreviver até o fim das atividades no campo quando da revolta dos prisioneiros ocorrida e posteriormente se mudou para o Brasil, onde viveu em Goiânia. A respeito de Stangl colocou Szmajzner:

Franz Stangl era, àquela época, um homem extremamente vaidoso. Trajava-se impecavelmente, e o seu pedantismo ultrapassava as raias do concebível. Julgava-se todo-poderoso. E o era, ainda que nele estivessem estampadas feições de bondade e delicadeza. Parecia-o, sem sombra de dúvida. Andava sempre muito bem arrumado, com o seu uniforme de *Hauptman* sempre lúcido e bem passado, caindo com perfeição sobre seus 1,74m de esbelto corpo.

Usava constantemente um casquete, deixando patente que ainda abundavam os seus cabelos castanhos de tonalidade clara. Aparentava uns trinta anos de idade e aspecto saudável. Segurava luvas brancas sempre a balançar numa das mãos, e as botas pareciam um par de espelhos, de tão limpas e lustrosas. Possuía ares de homem superior, característica própria dos arianos que endeusam sua estirpe. Mostrava-se sempre risonho, satisfeito e feliz, ainda que às custas da infelicidade alheia. Seu compasso de voz era lento e o timbre suave, retratando uma calma imperturbável. As palavras que pronunciava saíam brandas e afáveis, dando mostras de profunda educação e requintada polidez. Exteriorizava uma aparência de catedrático de universidade, tal a amálgama de atitudes que para isso demonstrava possuir (SZMAJZNER, 1968, p. 124).

Em Sobibor Stangl conseguiu construir uma máquina de extermínio muito eficiente, cumprindo os fins de um campo de extermínio nazista: enganar os recém chegados para que pensassem estar chegando a um campo de trabalho, assassiná-los, descartar seus corpos e confiscar todos seus bens para financiar os esforços de guerra da Alemanha (ABAL, 2014, p. 62).

Enquanto Sobibor cumpria com maestria suas funções, o campo de extermínio de Treblinka enfrentava problemas. O campo estava lotado, os trens com deportados não podiam ser descarregados por falta de lugar, corpos em decomposição estavam espalhados pelos campos (ARAD, 1999, p. 89) e, trazia mais desgosto ao alto escalão nazista o fato de que mesmo após centenas de milhares de pessoas terem sido enviadas para lá nenhum dinheiro fora remetido ao quartel-general em Lublin (SERENY, 1983, p. 133).

Em vistas disso, em setembro de 1942, Stangl foi transferido de Sobibor para Treblinka para organizar o local. O nazista melhorou as condições do campo e ampliou sua estrutura para que pudesse “processar” mais carregamentos de judeus. Stangl chegou a ordenar que fosse construída uma estação de trem falsa perto do campo para iludir aqueles que chegassem a Treblinka. Com as alterações realizadas o campo também se transformou em uma eficiente indústria da morte (SERENY, 1983, p. 200-202).

Segundo pesquisas realizadas estima-se que entre 870.000 e 925.000 pessoas foram mortas em Treblinka (USHMM, 2016). Stangl participou ativamente para que cada um desses assassinatos ocorresse fundamentado em seu “senso de dever”. Para ele, todos os que desembarcavam nos campos eram parte de um transporte que deveria ser “processado”. Os judeus não eram seres humanos, segundo ele “Carga, eles eram carga” (SERENY, 1983, p. 201-202).

Posteriormente Stangl lembrou seus sentimentos quando da chegada de um novo transporte aos campos:

Quando eu estava em uma viagem uma vez, anos depois, no Brasil, meu trem parou perto de um matadouro. O gado no curral, ouvindo o barulho do trem, andou até a cerca e olhou para o trem. Eles estavam muito perto da minha janela, um empurrando o outro, olhando para mim pela cerca. Eu pensei então, ‘Olhe para isso; isso me lembra da Polônia; era assim que as pessoas pareciam, confiantes, pouco antes de irem para dentro das latas...’ (SERENY, 1983, p. 201).

Após a guerra Stangl conseguiu fugir da Europa com o auxílio de membros da igreja católica, se estabelecendo primeiramente na Síria e posteriormente no Brasil (ABAL, 2014, p. 73-75). O trabalho do nazista como um colaborador de um regime repressivo, porém, ainda não havia terminado.

A ditadura nas fábricas: um nazista na Volkswagen do Brasil

O “flerte” entre o governo brasileiro e os nazistas não havia começado com o regime militar. Em 1937, sob a presidência de Getúlio Vargas, o militar de carreira Afonso Henrique de Miranda Correia que servia no Estado-Maior Geral das Forças Nacionais e havia participado da Revolução de 1930 e da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, foi enviado à Alemanha para conhecer as táticas utilizadas pela Gestapo em um chamado “intercâmbio de experiências” para a luta anticomunista (CPDOC, 2016), da qual participavam cerca de dezesseis países.

Na Alemanha Miranda Correia foi recepcionado por uma figura que posteriormente se tornaria célebre por sua participação no assassinato de 335 pessoas em Roma no chamado “massacre das fossas ardeatinas”, Erich Priebke. O alemão em sua biografia lembrou o seu marcante encontro com o brasileiro. Segundo Priebke Correia era um “fervente anticomunista” e havia sido convidado por Himmler para que conhecesse os métodos utilizados contra os comunistas (PRIEBKE; GIACHINI, p. 27).

Correia permaneceu na Alemanha por três semanas acompanhado de Priebke, visitando o *Reichsführer SS* Himmler e seu ajudante, o general Karl Wolff, e conhecendo o sul do país e o campo de concentração de Dachau, onde o brasileiro pôde visitar a cozinha, o hospital interno e as oficinas existentes. De acordo com Priebke, Correia teria se impressionado com a visita e o fato dos detentos manterem seu direito de votarem nas eleições (PRIEBKE; GIACHINI, p. 31-32).

Esta aproximação entre o governo brasileiro e regimes totalitários, ao menos no que tange aos procedimentos e ideias, não traz estranheza após o golpe civil-militar de 1964. Não se trata de uma novidade afirmar que o início da ditadura militar serviu aos interesses dos grandes proprietários de terra, ameaçados pelos projetos de reforma agrária de Goulart, e das empresas multinacionais que encaravam com profundo desgosto o nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas (NAPOLITANO, 2014, p. 41).

Após o início do regime militar os grupos econômicos continuaram a contribuir com os militares em um ambiente de apoio recíproco: se de um lado o governo não desejava permitir a ação dos agitadores subversivos dentro das fábricas, de outro os patrões intentavam impedir qualquer movimento dos trabalhadores que reduzissem a produtividade. Este acordo entre governo e indústrias ocorria, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

Por meio dos sindicalistas “pelegos”, nomeados interventores nos sindicatos, dos espíões e dos chefes militares (em alguns casos militares reformados ou civis respaldados por uma doutrina de controle militarizado da classe operária), o Estado e o empresariado, unidos,

conferirão à resistência operária o estatuto de subversão política e à força bruta patronal a legitimidade de defesa da segurança e do desenvolvimento nacional (CNV, 2014, p. 63).

A busca por impedir a organização e a luta dos trabalhadores era essencial neste contexto de cooperação entre o Estado e o empresariado e era estabelecida, assim, uma aliança empresarial-policial-militar com a colaboração entre sindicatos e órgãos da repressão, a presença das Assessorias de Segurança e Informação (ASI)² dentro das empresas estatais e nos setores de recursos humanos das empresas privadas com o envio de “listas negras” para o DOPS³ e o DOI-CODI⁴ (CNV, 2014, p. 64).

Apesar de não se dar a importância devida a esta cooperação entre empresas privadas e a ditadura militar, uma vez que esta não reverteu em violência direta contra os trabalhadores, pode-se afirmar com base no relatório da CNV que:

Violações cotidianas quase sempre funcionaram como atos preparatórios para ações mais graves. Recorrentemente, a classe trabalhadora sofreu invasões, apreensão e destruição de documentos, intervenções nos sindicatos, cassações de lideranças, demissões de trabalhadores e repressão às greves (CNV, 2014, p. 65).

As táticas utilizadas para reprimir os movimentos dos trabalhadores eram diversas, desde demissões motivadas por participação em assembleias,

² As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas para assessorar as atividades de vigilância junto às Divisões de Segurança e Informação (DSI). Estas assessorias tinham como função levantar informações setoriais. De acordo com dados do Arquivo Nacional, existiram 249 desses órgãos voltados à vigilância e produção de informações (ISHAQ, 2012, p. 61).

³ Delegacias de Ordem Pública e Social. Eram órgãos do poder estadual, fazendo parte da estrutura das secretarias de segurança (GASPARI, 2009, p. 142).

⁴ Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). O primeiro era dedicado à busca, apreensão e interrogatório de suspeitos, enquanto o segundo era responsável pela análise de informações e coordenação dos órgãos militares. Tratavam-se de órgãos distintos, porém, por se complementarem, são frequentemente associados (JOFFILY, 2017).

filiação em sindicatos ou organização e ação política dentro das empresas, utilizando de um sistema de controle e vigilância munido por uma rede de delatores, da intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos e até mesmo com a infiltração de policiais e agentes patronais nas linhas de produção, comissões de fábrica e ônibus das empresas (CNV, 2014, p. 65-66).

Uma das empresas conectadas ao aparato repressivo era a Volkswagen do Brasil, sobre a qual, segundo a CNV, “existe [...] uma profusão de documentos que comprovam a cooperação da empresa com órgãos policiais de segurança do DOPS” (CNV, 2014, p. 67). A Volkswagen havia exercido um papel fundamental para os interesses dos militares desde o início do golpe, uma vez que, diante da necessidade de aumentar a industrialização no país e transmitir uma mensagem de vigor econômico a empresa teria uma atuação imprescindível, nos dizeres de Schwarz:

O motor da industrialização patriótica esteve na Volkswagen e os esforços de integração da sociedade brasileira resultaram num quase-apartheid. A burguesia nacional aspirava à associação com o capital estrangeiro, que lhe parecia mais natural que uma aliança com os trabalhadores de seu país, os quais por sua vez também preferiam as empresas de fora. O que parecia acumulação se perdeu ou não serviu aos fins previstos. A verificação recíproca e crítica entre as culturas tradicional e moderna não se deu, ou melhor, deu-se nos termos lamentáveis das conveniências do mercado (SCHWARZ, 1999, p. 158-159).

O responsável pela criação e montagem do setor de vigilância e monitoramento da unidade da Volkswagen em São Bernardo do Campo (SP), foi o criminoso nazista Franz Paul Stangl (CNV, 2014, p. 67), que havia chegado ao Brasil em 1951 e trabalhado em uma empresa de têxteis até 1959, quando passou a laborar na Volkswagen (SERENY, 1983, p. 342-347).

Não se pode afirmar que a empresa sabia da atuação de Stangl durante a Segunda Guerra Mundial nos campos de extermínio. Na realidade, é uma hipótese improvável diante do modesto posto que ocupava (GUTERMAN, 2016), tratando-se, porém, de uma estranha coincidência o fato do nazista,

detentor de experiência na repressão de indivíduos ter encontrado um emprego no qual seu expertise teria grande utilidade, uma vez que, segundo Feingold, a eficiência da Solução Final era também a eficiência do método industrial moderno:

Auschwitz, o símbolo do genocídio, foi chamado de outro planeta. Mas ele também foi uma extensão mundana do sistema industrial moderno. Ao invés de produzir bens, a matéria prima era seres humanos e o produto final era a morte, tantas unidades por dia marcadas cuidadosamente na planilha dos gerentes. As chaminés, o próprio símbolo do sistema de fábricas moderno, expeliam uma fumaça acre da carne humana queimada. A brilhantemente organizada rede de trilhos da Europa moderna levava um novo tipo de matéria prima para as fábricas. Ela fazia isso da mesma forma do que qualquer outro tipo de carga. Nas câmaras de gás, as vítimas inalavam gás nocivo gerado por bolas de ácido prússico, as quais eram produzidas pela avançada indústria química alemã. Engenheiros projetaram os crematórios; administradores projetaram o sistema de burocracia que funcionava com um entusiasmo e eficiência que daria inveja a nações menos avançadas. Até mesmo o plano geral foi um reflexo do espírito científico moderno distorcido. O que nós testemunhamos foi nada menos que um esquema massivo de engenharia social de “refazimento” da sociedade com base na “ciência” eugênica racial (FEINGOLD, 2016).

Assim, Stangl, um especialista nas “indústrias da morte”, detinha o conhecimento necessário a ser utilizado em uma indústria automobilística para aumentar a sua eficácia e frear todo comportamento humano capaz de ir de encontro à noção de produtividade. A repressão era útil tanto para o patrão quanto para o Estado, confundindo-se a esfera privada com a pública:

Destaque-se nesse contexto a evidência de um padrão de monitoramento, controle e repressão fabril altamente complexo: divisões de recursos humanos, de segurança patrimonial e outras, sob o comando do Estado, articulando-se regionalmente e compondo uma rede estatal-privada destinada a conter, disciplinar e reprimir,

para obter maior rendimento no trabalho, operários e operárias. Outra concreção do lema “desenvolvimento com segurança”, adotado pela ditadura, nesse caso sendo interpretado por cada gerente de produção ou chefe de RH como justificativa para que as questões de segurança patrimonial e recursos humanos, da ordem privada, fossem tratadas como próprias à manutenção da ordem pública, social e política no país (CNV, 2014, p. 67).

Stangl foi o responsável pelo esquema interno da empresa que deveria controlar a atividade de seus cerca de 30 mil funcionários. As ações da divisão de segurança da Volks foi recordada posteriormente por Adhemar Rudge, coronel do Exército e engenheiro com domínio do idioma alemão, que substituiu o nazista após a sua prisão em 1967: “Nunca houve terroristas nas fábricas. Nos preveníamos, eventualmente com alguma troca de informações com o Dops”. Em 1971 a estrutura criada por Stangl dentro da Volkswagen chegou a ter quarenta membros, em sua maioria oriundos da polícia e das Forças Armadas (CASADO, 2005).

Diante disto, é possível afirmar que a aliança entre o empresariado e os militares ultrapassou o momento do golpe militar em 1964 e se estendeu durante o período ditatorial para servir em duas frentes, a manutenção da ordem em prol da produtividade dentro da empresa e a repressão a indivíduos agitadores e subversivos que causassem prejuízos à “ordem pública”.

Participando deste contexto, a Volkswagen, conscientemente ou não, chegou a empregar para fins de controle de seus funcionários um criminoso de guerra nazista, Franz Stangl, o qual, utilizando de seus conhecimentos prévios instituiu na empresa um setor de controle e vigilância. As táticas nazistas serviram aos propósitos dos patrões e militares.

Em 1967 foi descoberta a presença de Stangl no Brasil graças aos esforços do “caçador de nazistas” Simon Wiesenthal e o austríaco foi preso pelos próprios policiais do DOPS com quem ele colaborava. Sua extradição foi solicitada pelos Estados da Áustria, Polônia e República Federal da Alemanha. Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal foi indeferido o pedido da Polônia, sendo autorizada a entrega do nazista primeiramente à Alemanha, com o compromisso de que ele seria posteriormente entregue à Áustria caso fosse possível (ABAL, 2014, p. 144).

Na Alemanha Stangl foi julgado apenas pelos crimes cometidos em Treblinka e foi condenado à prisão perpétua em 1971, morrendo em virtude de um ataque cardíaco pouco mais de seis meses após sua condenação (ABAL, 2014, p. 165). A estrutura que havia montado para a sua ex-empregadora, porém, continuava ativa no Brasil, servindo para o aparato repressivo da ditadura militar. Mesmo após sua morte os reflexos de seu trabalho, tanto na Polônia quanto no Brasil, continuava a ser sentido.

Considerações finais

Inexistem dúvidas de que o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964 serviu também aos interesses de uma elite econômica que se via ameaçada pelas ações tomadas durante o governo de João Goulart, mesmo que a importância dada a este fato varie em intensidade entre os estudiosos do assunto (FICO, 2004).

Após o golpe a relação entre os industriais e militares permaneceu forte, passando de um apoio ao regime ditatorial para uma colaboração voltada para a repressão aos trabalhadores das fábricas que pudessem representar um risco ao governo ou à produtividade necessária. É neste contexto de colaboração que a Volkswagen do Brasil em São Bernardo do Campo realizou a montagem de uma divisão dentro da fábrica destinada a identificar operários que pudessem ser tidos como subversivos para posteriormente passar as informações obtidas ao aparato repressivo estatal.

O responsável pela criação e funcionalidade do setor foi, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, o criminoso nazista Franz Stangl que havia sido, durante a Segunda Guerra Mundial, Comandante dos campos de extermínio de Sobibor e Treblinka na Polônia. Os campos de extermínio tratavam-se de “indústrias da morte”, onde deveria ser utilizado o menor esforço e gasto possível para a obtenção do resultado final: o extermínio da população judaica e a aquisição de lucro advindo do roubo de suas propriedades.

Stangl havia sido um administrador eficaz nos campos de extermínio e seu *expertise* viria a ser útil em seu trabalho posterior na Volkswagen do

Brasil. A empresa, apesar de não se saber se possuía conhecimento acerca do passado de seu funcionário, soube utilizar os conhecimentos prévios do nazista colocando-os em prática com a finalidade de vigiar os trabalhadores da fábrica e cooperar com o regime ditatorial militar brasileiro.

Apesar de bastante diferente em seus reflexos, o trabalho de Franz Stangl foi similar durante a Segunda Guerra Mundial e a ditadura militar brasileira: priorizar a produção e os interesses do governo em detrimento das vidas de indivíduos. Para o austríaco era mais importante a produtividade da Volkswagen e seus laços com a ditadura do que as vidas dos trabalhadores que seriam entregues à repressão.

Referências

- ABAL, Felipe Cittolin. *Nazistas no Brasil e Extradicação: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2014.
- ARAD, Yitzhak. *Belzec, Sobibor, Treblinka: the Operation Reinhard death camps*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.
- CASADO, José. Operários em greve desafiaram perseguição. *Jornal O Globo*, 23 mai. 2005.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Correia, Afonso Henrique de Miranda. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Afonso%20Henrique%20de%20Miranda.pdf>>. Acesso em 03 maio 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.
- FEINGOLD, Henry L. *How unique is the holocaust?* Disponível em: <<http://motlc.wiesenthal.com/site/pp.asp?c=gvKVLcMVIuG&b=394855>>. Acesso em 03 mai. 2016.
- FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos *et al.* (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *A Ditadura Encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014 [Livro digital].
- GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra*. São Paulo: Contexto, 2016.
- ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo Endrico; SOUSA, Teresa Eleutério de. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- JOFFILY, Mariana. *Destacamento de operações e informações – centro de operações e defesa interna (DOI-CODI)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>>. Acesso em 15 março 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRIEBKE, Erich; GIACHINI, Paolo. *Autobiografia: vae victis*. Roma: Priebke, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERENY, Gitta. *Into that darkness*. New York: Vintage Books, 1983.
- SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor: a tragédia de um adolescente judeu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Sobibor*. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10005192>>. Acesso em: 02 maio 2016.
- WILLIAMSON, Gordon. *A SS: o instrumento de terror de Hitler*. São Paulo: Escala, 2008.